

25
estinho
iBase

Jornal da Cidadania

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200487-8/2001
ECT/DR/RJ
IBASE
(INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES
SOCIAIS E ECONÔMICAS)



ENVOLPIMENTO AUTORIZADO - PODE SER ABERTO PELA ECT

Uma publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

venda proibida

Ano 11 • Nº 134 • Maio 2006



Ibase 25 anos a luta pela democracia faz parte da nossa história



Editorial

Cássio Martorelli*

Liberdade e democracia no portal do Ibase

Historicamente, o Ibase se caracteriza por ser uma organização de cidadania ativa pioneira na utilização de meios computacionais como ferramenta de trabalho e no uso da Internet. Com o objetivo de fortalecer o princípio e o uso de *software* livre, apostamos em nova política institucional de tecnologia da informação (TI), com enfoque na utilização de programas de plataforma livre – GNU/GPL.

Como parte dessa mudança – iniciada internamente em 2003, com a adoção de programas de *software* livre nos computadores da equipe –, lançamos, em maio, um novo portal, utilizando ferramentas desenvolvidas em código aberto. Assim, afirmamos que o acesso tecnológico deve ser direito de todos(as) e não privilégio de poucos(as). Ao mesmo tempo, estamos diminuindo a dependência proprietária tecnológica que nos foi passada pelo mercado internacional de TI.

O portal do Ibase recebe, em média, 500 mil visitas únicas por ano. Semanalmente, são publicados matérias e artigos que revelam e incentivam a participação da sociedade civil no fortalecimento da democracia. O novo portal possibilita ao Ibase e a seus(suas) “visitantes/clientes” melhores condições para usufruir dos mais modernos serviços e recursos de desenvolvimento tecnológico para *websites*. Teremos possibilidades de oferecer melhor *design*, novos serviços, conceitos de diagramação e *layout* de página, tudo isso de forma mais democrática.

Buscando democratizar a informação, o acesso e o compartilhamento do conhecimento e promover o desenvolvimento, o portal do Ibase continua disponibilizando todas as nossas publicações e documentos, com a novidade de que, em breve, estarão sob licença do Creative Commons (CC) – movimento que defende a idéia de que toda obra seja livre na distribuição, mas que sua autoria seja mantida. O CC possui vários tipos de licenciamento sobre as obras criadas. Vale dar uma passada no *site* e pesquisar <www.creativecommons.org.br>.

A mudança que promovemos tem como princípios básicos a liberdade de escolha dos programas ou *softwares* a serem usados; a quebra da monopolização dos gigantes internacionais do *software*; o incentivo e apoio à pesquisa voltada à tecnologia da informação e ao desenvolvimento de *softwares* nacionais; a segurança, a otimização e a redução dos custos com TI a médio e longo prazos.

Atualmente, o Ibase otimiza seus recursos ao não gastá-los com licenças de programas, direcionando-os para o desenvolvimento de programas de código aberto, treinamento de funcionários(as) e aumento de sua capacidade produtiva e atualização dos equipamentos.

Ao optar por essa política, a instituição pode também aproveitar a oportunidade para ocupar espaço maior na discussão sobre a utilidade e adequação desse tipo de paradigma para outras organizações da sociedade civil e instâncias de decisão e diálogo com o poder público.

Acreditamos que não só os *softwares* devem ser abertos ou livres, mas as mentes e conceitos que envolvem a TI e seus recursos. Segundo Richard Stallman, líder da Free Software Foundation, *software* livre é uma questão de ética, moral, liberdade e nada mais. ■

*Gerente de Tecnologia da Informação do Ibase

Marco • mrco@imagelink.com.br • Amigo do Ibase**Cartas**

Há pouco tempo, tive contato com vossa publicação, o Jornal da Cidadania, que tem sido de grande valor para minha formação como cidadão com senso crítico e de responsabilidade para com a realidade do país e do mundo. (...) Desde novo, meu pai foi muito importante para a minha formação sociopolítica-partidária, ele sempre votou na esquerda e isso me influenciou. Por isso, tenho apreço pelo trabalho do Ibase, que trata das in-

justiças sociais, morais e raciais deste país tão sofrido, e não só isso como apresenta a solução através de projetos de base para as diversas entidades de classe. Isso realmente me deixa feliz e tenho sempre prazer de citar esses exemplos em conversas com amigos e colegas de trabalho. Enfim, vocês estão de parabéns e contem comigo para esta luta. (...)

Hallen Pereira Neves – Rondonópolis/MT

Eu quero ser amigo(a) do Ibase

Contribuindo:
 Trimestralmente Semestralmente Outra forma _____

Com o valor de:
 R\$ 30,00 (trinta reais) R\$ 50,00 (cinquenta reais) R\$ _____

Autorizo o débito no meu cartão de crédito:
 American Express Solo Visa
 Nº do cartão: _____ Validade ____/____/____

Autorizo débito automático em minha conta corrente no Banco do Brasil:
 Agência: _____ Conta: _____

Aguardo receber formulário de depósito bancário:

Nome _____ Sexo: F M
 Endereço _____
 Cidade _____ UF _____ CEP _____
 Telefone: _____ e-mail: _____
 Nascimento: ____/____/____ CPF: _____
 Data ____/____/____ Assinatura _____

ENVIE ESTE CUPOM PARA O ENDEREÇO DO IBASE OU ENVIE PELO FAX: +(21)3852-6028 Se você já é associado(a), repasse esse cupom a um(a) amigo(a)

O Ibase adota a linguagem de gênero em suas publicações por acreditar que essa é uma estratégia para dar visibilidade à luta pela equidade entre mulheres e homens. Trata-se de uma política editorial, fruto de um aprendizado e de um acordo entre os(as) funcionários(as) do Ibase. No caso de artigos redigidos voluntariamente por convidados(as), sugerimos a adoção da mesma política.

Jornal da Cidadania

Ano 11 • Nº 134 • Maio 2006

Conselho Editorial • Deise Benedito (Fala Preta) • Marco Carvalho (chargista e escritor) • Mário Osava (IPS) • Marinilda Carvalho (Observatório da Imprensa) • Mônica Francisco Santos (Agenda Social Rio) • Professores César de Miranda (Escola Municipal Estácio de Sá) e Jobson Lopes (PVNC) • Professoras Sonia Américo de Mello (Ciep 037 Ernesto Guevara) e Vanilda Paiva (educadora e escritora) • Pelo Ibase: Itamar Silva (jornalista) • Maurício Santoro (cientista social) • Nahyda Franca (educadora)

O Ibase é uma entidade pública a serviço da cidadania e da democracia. Seu estatuto é de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa, suprapartidária, reconhecida como de utilidade pública

Uma publicação do Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
 As matérias assinadas não traduzem necessariamente a posição do Ibase

Direção Institucional • Cândido Grzybowski | **Coordenação** • Iracema Dantas | **Edição** • Editora: AnaCris Bittencourt | • Subeditora: Jamile Chequer | **Redação** • Flávia Mattar • Beatriz Gredilha (estagiária)
Produção • Geni Macedo | **Distribuição** • Elaine Amaral de Mello | **Projeto Gráfico** • Mais Programação Visual
Diagramação • Imaginatto Design e Marketing | **Tiragem** • 100.200 exemplares

Av. Rio Branco, 124 / 8º - Centro - 20040-916 Rio de Janeiro/RJ - Tel.: (21) 2509-0660
 Fax: (21) 3852 3517 - jcidadania@ibase.br - www.ibase.br



Venda proibida

Luciano Cerqueira*

Você já descobriu?

Em 11 de maio, foi lançada no Rio de Janeiro a segunda fase da campanha elaborada pela iniciativa Diálogos contra o Racismo. A campanha, que teve início em dezembro de 2004, conseguiu fazer com que muitos(as) brasileiros(as) refletissem sobre o preconceito com a pergunta: "Onde você guarda o seu racismo?". Desde então, o grupo – formado por 40 organizações da sociedade civil, incluindo o Ibase – tem recebido o apoio de diversas instituições de todo o Brasil, como escolas, prefeituras, rádios, sindicatos, empresas e muitas, muitas pessoas. E tudo com bastante diálogo, principalmente por intermédio do site <www.dialogoscontraoracismo.org.br>, que recebe diariamente depoimentos, mensagens de apoio, elogios e críticas também.

Como o racismo acontece?

A campanha "Onde você guarda o seu racismo" é um movimento de diálogo e reflexão sobre a diversidade de pessoas e grupos que convivem no Brasil. No primeiro ano, a discussão girou em torno das várias formas de se guardar o racismo, demonstrando que todas elas são nocivas e destrutivas. O momento agora é de aprofundar o debate, trazendo à tona situações nas quais o racismo acontece, no cotidiano, envolvendo pessoas de todas as faixas etárias, da pessoa idosa à criança, de diferentes classes sociais e estilos de vida.

Nesta segunda fase, algumas redes de TV estão exibindo cinco spots com depoimentos de pessoas negras que sofrem manifestações cotidianas de racismo. São depoimentos que revelam injustiça e indignação e, infelizmente, não são casos isolados. As organizações envolvidas na campanha acreditam que o racismo impede o acesso aos direitos, humilha e fere, manifestando-se em uma estrutura social que relega à população negra empregos subalternos, com baixos salários, menor acesso aos estudos e uma moradia indigna. Por isso, um dos objetivos da campanha é chamar a atenção para a necessidade de políticas e programas públicos e privados que contribuam para superar essas desigualdades. Confira, a seguir, alguns depoimentos que estão sendo divulgados na TV.

Homem negro, médico: "sempre que atravesso a rua com o sinal fechado, ouço o som das portas dos carros se trancando."

Mulher negra: "vou à praia e os meus amigos sempre perguntam: – Para quê? Pra queimar a sola do pé e a palma da mão?"

Jovem branca: "estudo numa escola particular e na minha sala não tem nenhum negro."

Homem branco: "eu nunca fui parado numa blitz."

Mulher negra professora: "todo o início de ano, os pais que entravam na minha sala perguntavam às minhas três auxiliares brancas quem era a professora."

Um amplo esquema de divulgação da campanha foi alcançado ao longo de 2005 (e, espera-se, prossiga com mais força ainda este ano), com veiculação gratuita de spots publicitários em diversas redes de televisão, mas também de cinemas, para não falar das rádios comerciais e comunitárias de vários estados, como Rio, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Pará, Brasília, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além disso, foram distribuídos 85 mil folhetos, 10 mil *bottons*, 5 mil cartazes e afixados 50 *busdoors* e 50 *outdoors*.

Representantes das organizações envolvidas na iniciativa – feita em base voluntária e aberta a qualquer pessoa interessada – tiveram ainda a oportunidade de discutir o racismo na América do Sul durante as edições 2005 e 2006 do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre e Caracas. Como resultado, a campanha se tornou mais conhecida e trouxe a possibilidade de novas parcerias, com destaque para a região Sul, de onde chegam muitos pedidos de material para se trabalhar o tema do racismo na parte mais "branca" do Brasil.

Relatório lançado em 2005 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) mostra que 64% da população de baixa renda no Brasil é composta por pessoas negras, aproximadamente 25 milhões (podemos ver que a pobreza no Brasil tem cor); quase 80% de jovens assassinados, entre 16 e 24 anos, são negros e uma mulher negra ganha quatro vezes menos que um homem branco. E mais: dados coletados entre as 120 das 500 companhias de maior faturamento mostram que apenas 3,4% de funcionários(as) em cargos executivos, 9% de gerentes, 13,5% de supervisores(as) são negros(as). Para um grupo que representa 46% da população brasileira, isso é pouquíssimo.

O racismo no Brasil tem suas peculiaridades, próprias da nossa cultura, do nosso povo (de origem múltipla), e precisamos aprender a lidar com ele para que possamos extirpá-lo. A campanha "Onde você guarda o seu racismo" – tanto na primeira como na segunda fase – trata de mostrar como o preconceito acontece no dia-a-dia, na maioria das vezes apenas com palavras, gestos e olhares. Aqui, o racismo tem um caráter mais velado, por isso algumas pessoas não o vêem ou não o sentem, ou até mesmo não percebem que o praticam - e isso causa enorme sofrimento. Não sentar ao lado de uma pessoa negra no ônibus achando que vai ser vítima de assalto, achar que pessoas negras são menos capazes, dizer frases como "tinha que ser preto!" ou "preto quando não faz na entrada faz na saída", são atitudes que doem tanto quanto um tapa.



São essas ações e reações – na maior parte do tempo sutis – que precisam ser revistas, repensadas. Muita gente faz isso todos os dias sem perceber, mas quem está do outro lado percebe, com certeza. É possível uma mudança de comportamento, de atitude, de sentimentos, pois se não fosse assim não estaríamos nesta luta. É preciso começar desde cedo, com as crianças nas escolas, ensinando-as a respeitar as pessoas, indiferentemente da cor da pele, da origem, orientação sexual e raça. Mas isso não quer dizer que as pessoas mais maduras também não possam mudar suas atitudes. Nunca é tarde demais para mudar. Contudo, sabemos que isso só acontecerá com muito diálogo. Onde você guarda o seu racismo? Encontre-o e livre-se dele! ■



* Cientista político, pesquisador do Ibase

ARQUIVO IBASE



Liz Ramos

No Brasil, cerca de 2,4 milhões de professores(as) lecionam para mais de 50 milhões de estudantes, a maior parte é do sexo feminino (83%) na faixa dos 40 anos. Baixos salários, péssimas condições de trabalho, stress e desvalorização profissional estão levando a um crescente desinteresse da população jovem pela profissão e ao conseqüente envelhecimento da categoria. Os dados foram divulgados no II Fórum Social Brasileiro, realizado em Recife em abril, como parte da publicação *A educação na América Latina Direito em risco*, organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Segundo a educadora Liz Ramos, representante da campanha no Nordeste e pesquisadora do Centro de Cultura Luiz Freire, esse é o quadro encontrado em toda a América Latina. “A educação nesses países ainda não é tratada como um direito humano fundamental, e isso interfere em todos os aspectos do desenvolvimento”, explica. Ela faz um balanço da campanha, criada em 1999, e comenta alguns resultados do estudo inédito sobre o CAQ (Custo Aluno Qualidade), desenvolvido nos últimos três anos – cujos resultados foram lançados na última semana de abril, em audiência pública no Congresso Nacional. O CAQ determina quanto é preciso ser investido por aluno(a) para que o país ofereça uma educação básica de qualidade.

Como surgiu a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e qual o seu papel?

Começou em 1999, tendo com missão principal a cobrança da efetivação dos direitos educacionais no Brasil. Para garantir o direito à educação, temos a Constituição, a LDB, que regulamenta isso tudo; o Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera esse direito como fundamental; o Fundef, que garante o financiamento; e o Plano Nacional de Educação, que orienta a organização das políticas de educação. No plano internacional, o Brasil assinou a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990, ratificada em 2000. Apesar disso, a década de 90 foi muito contraditória em termos educacionais, pois efetivou muitos direitos, mas houve, ao mesmo tempo, um descompasso entre esses direitos e as políticas públicas. A campanha começou a se organizar no período preparatório à Conferência Mundial de Educação para Todos, em Dakar, justamente por isso.

Como se dá esse descompasso entre a teoria e a prática?

Enquanto na década de 80 surge uma Constituição que amplia direitos, na sua regulamentação, na década de 90, durante o governo Fernando Henrique, ela encontrou pela frente um Estado neoliberal, enxuto, que vai atender a outras prioridades. Nesse sentido, um ponto muito forte incidu sobre as políticas sociais como um todo: em vez de políticas universalizantes, redistributivas no sentido dos direitos, passaram a ser políticas focalizadas. Esse projeto para a educação ficou muito claro durante o governo FHC. Por exemplo, no momento em que

se vai regulamentar o financiamento que vai garantir a efetivação de todas essas políticas, o atendimento propriamente dito, a regulamentação para o financiamento limita-se ao ensino fundamental, deixando de fora a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. Essa é uma contradição que perpassa o conjunto das políticas públicas brasileiras. E, além da contradição, há o fato de que os governos não respeitaram o Fundef no que diz respeito ao valor por aluno.

Quanto deveria ser esse valor hoje?

O valor mínimo anual estabelecido pela lei fica em torno de R\$ 700. Nos últimos três anos, a campanha tem feito ações jurídicas cobrando do governo federal que o MEC estipule esse valor de forma que os Fundefs estaduais não possam pagar menos do que isso.

Só que o valor que vem sendo estipulado pelo governo federal, desde o governo FHC, também fica abaixo do que reza a própria lei do Fundef.

Temos feito também um esforço para que haja uma reformulação da lei do Fundef, que passe a incluir desde a educação básica até o ensino médio, já que, do jeito que está, causa uma série de problemas. O fato de o Fundef se restringir ao ensino fundamental, fez com que todos os outros benefícios girassem em torno disso: o

transporte escolar, a merenda, a formação de professores, o programa de distribuição de livros didáticos. Enfim, todas as políticas foram focalizadas para o ensino fundamental, para a faixa etária dos 7 aos 14 anos. Quem estava fora da faixa, não foi beneficiado. Foi o caso da educação de jovens e adultos. Se a pessoa está fazendo supletivo no ensino fundamental deveria ser contemplada, mas, por uma questão de idade, fica de fora.

Isso só acontece no Brasil?

Não, isso tem a ver com o processo de implementação de políticas neoliberais que aconteceu em toda a América Latina. Em geral, nesses países, o número de matrículas na educação aumentou, os governos divulgam que universalizaram o ensino fundamental, mas as outras modalidades ficaram de fora e também percebemos uma queda muito grande na qualidade, que está diretamente ligada à questão dos recursos financeiros e das

desigualdades econômicas.

Como se dá essa relação recursos-qualidade de ensino?

Pegando o caso do Brasil como exemplo, o princípio do Fundef envolve a criação de fundos estaduais com a intenção de diminuir as desigualdades estaduais. Para um estado mais pobre não ter uma diferença grande em relação a um estado mais rico, a União tem que entrar com

A educação é um processo que se dá no ambiente escolar como um todo, não só na sala de aula. A educação não se faz só com educadores

uma parcela de complementação. Mas, desde que o Fundef foi criado, isso nunca aconteceu. Enquanto alguns municípios do interior de São Paulo têm um custo por aluno em torno de R\$ 2 mil, no Nordeste esse valor fica em torno de R\$ 600. Isso gera uma desigualdade profunda, que se reflete nos índices de aprendizagem e nos indicadores de qualidade.

Uma pesquisa recente mostrou que enquanto o acesso às creches das crianças de 0 a 3 anos de famílias mais pobres, que ganham até um quarto de salário mínimo per capita, é de menos de 9%, entre famílias que recebem a partir de dois salários mínimos per capita, o percentual de acesso sobe para 70%. Outro ponto é o tempo que a criança passa dentro da escola, o período mínimo estabelecido pela LDB é de quatro horas. No Norte, apenas 15,5% das crianças ficam na escola essa carga horária. Já no Sudeste, o percentual sobe para 70%. No Nordeste, as escolas funcionam em três turnos diurnos de cerca de 3 horas cada, além do turno noturno. Qual será o rendimento escolar dessas crianças? São crianças pobres, de famílias pobres, escolas pobres e professores pobres, já que os salários também são muito menores. Isso tudo tem sérios impactos na questão da qualidade.

A questão salarial do professorado foi um tema muito debatido no Fórum. O que está sendo feito para resolver o problema de baixos salários?

O Brasil enfrenta uma desigualdade salarial regional profunda. Não existe um piso único, cada rede municipal e estadual tem seu próprio piso. Além disso, o piso estadual é sempre menor do que o municipal. No Nordeste, outro problema muito presente é a questão do professor temporário. No contrato temporário, às vezes o salário ultrapassa um pouco o salário mínimo, outras vezes fica abaixo. São profissionais sem qualquer tipo de benefício social, como férias, 13º salário, vale-transporte e também sem reconhecimento, pois eles não participam do processo de formação do aluno, ficam à margem. Não há um levantamento recente, mas denúncias do sindicato no estado de Pernambuco apontam para um percentual em torno de 50% de temporários do total de professores contratados.

Há também uma disputa política sobre quem são os trabalhadores da educação, que atrapalha uma discussão mais ampla sobre o piso único, nacional. A educação é um processo que se dá no ambiente escolar como um todo, não só na sala de aula, mas também na hora da entrada, com os porteiros, na hora da merenda e na relação desse aluno com as pessoas responsáveis pela limpeza, com os gestores. Considerar esses profissionais como parte do processo da educação é fundamental. A educação não se faz só com educadores.

Qual é o perfil do(a) professor(a) brasileiro(a)?

É uma categoria profissional com uma característica marcante de baixa estima por conta de um processo acentuado de desvalorização social. Uma pesquisa recente, realizada pela Faculdade de Pedagogia da UFPE, revelou que a maioria dos alunos não quer ensinar, não quer trabalhar em escola, não quer ser professor de ensino fundamental e médio. Não é estimulante para uma pessoa cursar uma faculdade tendo a perspectiva de ganhar R\$ 600. A categoria está envelhecendo por essa dificuldade de renovação. Isso tem a ver com a desvalorização da profissão, da precariedade da carreira. Outro problema é a aposentadoria. As pessoas que pagam o INSS hoje já estão próximas de se aposentar e não há como renovar esses quadros. Muitos municípios não criaram fundos de previdência e os recursos do Fundef acabam sendo utilizados também para esse



Crianças de movimentos sociais e escolas marcaram presença no II FSB

VALTER CAMPANATO/ABR

fim, o que contribuiu para diminuir ainda mais o salário de quem está na ativa.

A situação profissional na América Latina é semelhante?

Sim, com exceção do Chile e da Argentina, os professores de lá ganham bem mais. Essa precarização é um traço da política regional neoliberal, que tem a ver com as organizações multilaterais, Banco Mundial, FMI. Por isso, a contratação de professores temporários não é também um caso isolado do Brasil.

O que é necessário para a educação ser considerada um direito humano?

A educação como um direito humano precisa ser considerada universal, não pode ter impedimentos relacionados à raça, sexo, idade, região, todas as pessoas precisam ter esse direito. A educação precisa ser acessível a todos, ter uma oferta pública e gratuita. Mas não basta só ter acesso, é preciso ter qualidade, garantir

a aprendizagem de um currículo mínimo. Uma das condições para que isso aconteça, passa pela valorização do trabalho não só do professor, mas de todos os profissionais de educação. Um esforço da campanha vai no sentido de ampliar as discussões sobre educação para outros movimentos sociais. Quando discutimos sobre financiamento da educação, cada vez mais, ficamos atentos para a questão do financiamento das políticas sociais, articulando essas questões. Nenhum projeto de desenvolvimento social, humano e sustentável pode ser feito sem educação. A educação é um direito em si e também é a base para os outros direitos.

Quais os próximos passos da campanha?

Nossas ações estão voltadas para pressionar o Congresso Nacional para agilizar a aprovação do Fundef (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), que tem, entre seus artigos, a questão do piso salarial. O projeto está em tramitação no Senado, a partir da sua aprovação, entraremos em outra etapa, a da regulamentação. Foi feita uma grande pressão da sociedade civil para incluir as creches no Fundef, mas só com a regulamentação é que se pode estabelecer o valor por aluno ou a forma de calcular esse custo. É um momento muito importante e queremos estar atentos. Sobre isso, em abril, a campanha divulgou os resultados de um estudo sobre o Custo Aluno Qualidade (CAQ).

No que consiste esse estudo?

Foi resultado de uma outra pressão que as organizações envolvidas na campanha fizeram ao governo federal, que o Fundef incluísse uma referência, um padrão mínimo de qualidade. A proposta inicial do Fundef tratava de valores por alunos somente referendados na questão do custo. É necessário mudar esse referencial, a questão da educação precisa ter como referencial a qualidade. Só assim poderemos dizer quanto o Estado e a sociedade precisam destinar para a educação para que a gente garanta essa qualidade. Todas as pesquisas referentes aos desafios brasileiros para ter um futuro melhor passam pela questão da qualidade na educação pública. O CAQ envolve questões como: qual o piso salarial adequado; quantas horas de aula um aluno deve ter por dia na escola; quais atividades extra-curriculares o aluno deve ter, como esporte, cultura, lazer e práticas de convivência; qual infra-estrutura é necessária para isso, como biblioteca, computadores, a questão da merenda, quantos profissionais de educação são necessários para isso; entre outros aspectos. ■



Cinema, Aids e cidadania

A terceira edição do *Cinema Mostra Aids*, que acontece em São Paulo, durante o mês de maio, é uma bela oportunidade de conferir, na tela, criações que abordam o desafio de viver com o vírus HIV. Organizado pelo Grupo Pela Vidda São Paulo, o evento está sendo realizado em parceria com o Espaço Unibanco de Cinema, Programa Municipal e Estadual DST/Aids de São Paulo e MTV Brasil.

Serão 27 títulos ao longo da mostra, apresentando as mais diversas visões sobre a epidemia. A realidade caótica do continente africano é mostrada em títulos como *House of Love*, co-produção de Estados Unidos e Namíbia dirigida por Cecil Moller. Realizado em 2001, o documentário faz uma espécie de mapeamento da África, região que concentra hoje o maior número de soropositivos(as) do mundo.

O americano *Protesto contra o monopólio* aborda o empenho de militantes em todo o mundo pela falta de medicamentos contra o vírus HIV. Obra de forte teor crítico, traz ainda a luta de governos de países pobres diante de governos poderosos associados à indústria farmacêutica.

Outra atração da mostra é o documentário brasileiro *Borboletas da vida*. Filmado em Austin e Nova Iguaçu, municípios da Baixada Fluminense, o filme de Wagner de Almeida mostra, num período de 24 horas, a vivência de jovens homossexuais que, em determinado momento,

transformam-se em mulheres. "O filme retrata as transformações de gênero e por isso se chama *Borboletas da vida*. Porque esses meninos conseguem conviver com a homossexualidade deles, mas, em certo instante num fim de semana, entre às nove da noite e três ou quatro horas da madrugada, eles se transformam completamente em mulheres. E, por volta das quatro, cinco da manhã, tiram a roupa e voltam a ser rapazes. É como se despedir de um casulo e colocar uma fantasia, que são suas asas de borboleta", explica Vagner.

Um dos filmes mais esperados e ainda inédito no Brasil, o drama sul-africano *Yesterday*, de Darrel Roodt, conta a história da jovem Yesterday. Infectada pelo marido e portadora do HIV, ela enfrenta o preconceito e a ignorância da sociedade ultraconservadora que habita uma pequena aldeia. Trata-se da primeira obra cinematográfica falada em língua Zulu. O filme foi indicado para o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 2004.

Também na ficção, alguns dos destaques da mostra são sucessos que já estiveram em cartaz em grande circuito como *Carandiru*, *Cazuza*, *As Horas* e *Tudo sobre minha mãe*. Os ingressos custam R\$ 5. Parte deles será distribuída gratuitamente entre organizações não-governamentais e serviços de saúde que trabalham com HIV e Aids. ■



Locais de exibição da mostra

Espaço Unibanco de Cinema
Rua Augusta, 1.475
Cerqueira César – São Paulo/SP
Tel: (11) 3288-6780 / (11) 3287-5590

Espaço Unibanco de Cinema Anexo
Sala 4 – 104 lugares e Sala 5 – 51 lugares
Rua Augusta, 1.470
Cerqueira César – São Paulo/SP
Tel: (11) 32886780 / (11) 32875590
Metrô Consolação

Mais informações em:
www.aids.org.br
www.pelavidda.org.br

Memória da Maré ganha casa

Criado há oito anos, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) vem desenvolvendo projetos fundamentais para registrar e preservar o passado – e projetar o futuro – do conjunto de 16 comunidades cariocas onde vivem cerca de 132 mil pessoas.

Uma dessas iniciativas foi o Rede Memória, bem-sucedida empreitada de organização e catalogação de documentos, fotos, vídeos, artigos de jornais e revistas e trabalhos acadêmicos sobre diversos aspectos da vida e da história do bairro. Desdobramento desse projeto, o Museu da Maré foi inaugurado no último dia 10 de maio. É mais um passo importante na preservação da história e da cultura da comunidade.

O museu foi viabilizado em parceria com o Ministério da Cultura, dentro do programa Cultura Viva. O projeto Pontos de Cultura foi criado com o objetivo de criar pólos culturais em locais periféricos das grandes cidades. Em todo

ARQUIVO REDE MEMÓRIA



o país, 214 entidades foram selecionadas e receberam subsídios para a instalação desses espaços. Uma das entidades contempladas foi justamente o Ceasm. O acervo do museu – o primeiro dentro de uma favela carioca – contará com o arquivo do projeto Rede Memória, que tem cerca de 3 mil fotografias. Além disso, recortes de jornais e objetos diversos ajudam a reconstituir a história da comunidade.

Entre os objetos, autênticos símbolos da ocupação da favela por pessoas das mais diversas origens. Um deles é uma velha garrucha (arma de fogo) que pertencia à Orosina

Vieira, que chegou ao Morro do Timbau na década de 1940 e é considerada a primeira moradora da Maré. Há ainda utensílios como um fogão da década de 1970 e chapéus, remetendo a várias épocas. Responsável pela parte visual do museu, o cenógrafo Marcelo Pinto Vieira criou

uma palafita dentro do espaço. Os(as) visitantes poderão ver essa espécie de instalação que, como os demais itens, ficará exposta permanentemente.

O acervo foi dividido em 12 módulos, relacionados a inúmeras etapas cronológicas e situações vividas pelos moradores(as) da Maré nas últimas décadas. São módulos temáticos como o Tempo da Água; Tempo da Casa; Tempo da Migração; Tempo da Resistência; Tempo do Trabalho; Tempo da Festa; Tempo da Feira; Tempo da Fé; Tempo do Cotidiano, Tempo da Criança; Tempo do Medo e, finalmente, Presente e Futuro. Para o coordenador da Rede Memória e Ponto de Cultura Museu da Maré, Luiz Antonio de Oliveira, o projeto tem enorme significado para a comunidade. "A gente quer fortalecer nosso espaço. E isso só pode ser feito quando positivamos nossas ações", afirma. Os horários de visita ao museu ainda estão sendo organizados. ■

Ponto de Cultura Museu da Maré
Av. Guilherme Maxwell, 26 – Maré
Tel.: (21)3868-6748
Ceasm: 3105-1407 www.ceasm.org.br

Flávia Mattar

Contra ameaça de remoção, forte mobilização

O fortalecimento do movimento popular e a pressão para que a revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro contemple as classes menos favorecidas foram os principais pontos ressaltados no seminário *Favela é cidade! Direito à moradia e garantia de posse* – realizado na Universidade Cândido Mendes (Ucam), Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de abril.



Essa foi uma iniciativa da Agenda Social Rio/Ibase, da Frente Estadual contra a Remoção e da Ucam. Não é a primeira vez que o Ibase se envolve na organização de um evento como esse. Em junho do ano passado, foi realizado o seminário *Favela é cidade. Não à remoção!*, uma iniciativa da Agenda Social Rio/Ibase, Caixa Econômica Federal e UN-Habitat.

O encontro na Ucam contou com a presença de cerca de 150 pessoas. Entre os(as) palestrantes estiveram acadêmicos(as), vereadores(as), presidentes de federações de favelas e bairros e representantes da Pastoral de Favelas e do Instituto Estadual de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). Não houve participação de representante do Ministério das Cidades, algo importante para que as pessoas pudessem ouvir as diretrizes que emanam do governo federal sobre a ameaça de remoção das favelas do Rio de Janeiro.

Há duas semanas, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro divulgou proposta para a revisão do Plano Diretor – lei municipal que deve orientar o desenvolvimento urbano, fazendo cumprir as funções da cidade e da propriedade. O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, estabelece

as diretrizes da política urbana que devem ser observadas no Plano Diretor, bem como a exigência de participação da população na sua elaboração, aprovação e implementação.

Durante o seminário, foi distribuído informativo do Fórum Popular do Plano Diretor do Rio de Janeiro, alertando sobre as arbitrariedades que estão ocorrendo na revisão do documento:

Em uma cidade com 6 milhões de habitantes (...), a Prefeitura não divulgou um folheto sequer para explicar o que é o Plano Diretor e qual a sua importância para o futuro da cidade (...). Como resultado inevitável da não-realização dos estudos necessários e da ausência de um processo de discussão com a sociedade, a proposta de Plano Diretor chama a atenção pela fragilidade de seu conteúdo.

Entre as reivindicações levantadas pelo Fórum Popular que deveriam ser atendidas pelo Plano Diretor estão: repudiar qualquer tentativa de emenda à Lei Orgânica para viabilizar a remoção de favelas; a delimitação e declaração como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) de todas as favelas, loteamentos irregulares e clandestinos e imóveis ocupados por população de baixa renda, com investimentos públicos para a implementação de infra-estrutura, equipamentos públicos etc; a criação de um amplo Programa de Regularização Fundiária e Urbanística para as AEIS, garantindo a titulação de todos os imóveis e afastando as ameaças de remoção.

Potencial popular

A comunidade Arroio Pavuna, na Zona Oeste carioca, foi removida durante o carnaval deste ano, com a derrubada de 67 casas e a retirada de 268 pessoas. O presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), José Nerson de Oliveira, Zezinho, disse que a comunidade estava localizada em terra da Marinha e que a prefeitura pagou as pessoas removidas com cheque de empresa privada. “Como isso pode ocorrer? Como a prefeitura pode usar cheque de terceiros?”, questionou.

“A prefeitura e a justiça estão agredindo direitos. E agredir direitos é desconsiderar a luta da sociedade que se consolidou em uma norma constitucional. A população



precisa conhecer os seus direitos consagrados e se organizar para que sejam respeitados. Há um desconhecimento absoluto da lei”, ressaltou Célia Ravera, representante do Iterj, que complementou: “indenizar as famílias removidas é ilegal, além disso, não tira a responsabilidade da prefeitura de reassentar as pessoas de acordo com o que está previsto na lei”.

O professor Miguel Baldez, da Ucam, chamou a atenção para o fato de as comunidades não poderem contar com os poderes federal, estadual e municipal, bem como com o Poder Judiciário. “A cidade foi apropriada pelo capital, não nos iludamos. A produção da cidade só poderá ser feita na medida em que sirva ao enriquecimento de quem participa do poder econômico. Não há como pensar que os poderes federal, estadual e municipal irão se articular para desenvolver trabalho que atenda aos interesses comunitários”. Acrescentou que vê como saída e grande desafio “uma grande mobilização popular, a construção de um poder popular que vá confrontar os poderes econômico e administrativo local, estadual ou federal”.

Zezinho fez um levantamento, tendo como fonte a lista de 14 comunidades ameaçadas de remoção divulgada pelo Ministério Público em outubro de 2005 e a lista de 16 favelas que poderão ser removidas devido aos Jogos-Pan Americanos Rio 2007. Segundo ele, 18.500 casas seriam derrubadas, atingindo 74 mil pessoas. Entre as comunidades listadas pelo MP, a maioria tem mais de 40 anos no local, sete têm título de propriedade e seis passaram pelo Projeto Favela Bairro. ■

Confira outras informações sobre o tema em <www.ibase.br>.



Jamile Chequer

Trajetoária de atos e fatos

O Ibase – fundado em 1981 por Herbet de Souza (Betinho), Carlos Afonso e Marcos Arruda – está completando 25 anos. Ao longo deste tempo, a instituição teve como missão a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã.

Para o diretor geral da instituição, sociólogo Cândido Grzybowski, quando o Ibase foi fundado, a democracia não era pensada como algo tático. Seus fundadores viram a democracia como algo estratégico, como um valor. “Conceber o Ibase foi como redirecionar energia militante-política para outro espaço”, explica. Segundo Cândido, essa energia foi direcionada para a cidadania, para a sociedade, para a cultura política.

“Eles apostaram ser necessário mudar primeiro a sociedade e, imagino, projetaram o Ibase como uma espécie de fermento transformador no campo das idéias, da prática democrática, dos princípios éticos, dos direitos. É toda uma reconstrução de imaginário, de projetos, de propostas e, claro, de prática política.”

O economista João Sucupira, também diretor do Ibase, ressalta a postura de vanguarda. “A instituição sempre teve a característica de iniciar processos e projetos que agendaram a discussão no debate público”, diz ele, fazendo referência à Campanha Nacional pela Reforma Agrária, no final da década de 1980; ao Movimento pela Ética na Política, que culminou no *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992; e à Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, em 1993, entre outros momentos.

A historiadora e diretora do Ibase Dulce Pandolfi, encontra no papel do instituto de intervir no debate público e provocar discussões sobre temas importantes uma das suas características mais fortes. “Essa é a sua missão. Monitorar as políticas públicas, ser propositivo, contribuir com pesquisas, estudos e posicionamentos para assessorar o movimento social. Ter posição crítica em relação à conjuntura nacional e até internacional, ter papel-chave no Fórum Social Mundial, que continua sendo espaço importante de articulação dos movimentos sociais e para pensar alternativas ao projeto neoliberal que domina o planeta”, aposta.

Também faz parte das comemorações de 25 anos um período de reflexão sobre a trajetória da instituição. “Se em 25 anos nada mudou na sociedade, ela está morrendo. Pode ter ficado pior ou melhor, mas nunca estará igual, e o Ibase é parte dessa história. A sociedade mudou e as circunstâncias também nos fazem mudar”, avalia Cândido.

Por isso, hoje, a instituição tem o desafio de fazer sua “refundação”. De acordo com o sociólogo, essa “refundação” significa rever o que é possível melhorar. Ele chama a atenção para o fato de ser correto dizer que o Ibase é parte da história da redemocratização e construção democrática no Brasil. Mas questiona: “o Ibase poderia ter feito mais? Em alguns momentos, acredito que sim”. E continua: “Fez mais do que se esperava? Em muitos momentos, sim. Mas ainda assim, esse ‘instituto para a base’, que era o nome do Ibase quando foi concebido, tem uma tarefa com a base que ainda não está completa”, reflete.

Cândido explica que a “refundação” do Ibase tem a ver com a tarefa estratégica da própria instituição: a construção democrática. É uma reflexão a partir do que é a questão democrática hoje. Não há mais ditadura, mas ainda há uma sociedade não-democrática. Se o Estado tende

Linha do tempo

1964

Início da ditadura militar.

1971

Betinho parte para o exílio.

1978

Marcos Arruda, Betinho e C.A. começam a pensar o Ibase.

1979

Betinho volta do exílio – Betinho trouxe do exterior a experiência de um novo modo de organização da sociedade civil que não passava pelos partidos políticos e pelos sindicatos.

1981

Ibase é criado – uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político.

1983

Início da Campanha Nacional pela Reforma Agrária – as discussões sobre esta campanha começaram no Ibase. A idéia era vincular a reforma agrária à consolidação da democracia no país.

1984

Diretas Já – foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil. O movimento pelas Diretas teve grande importância na redemocratização do país. Suas lideranças passaram a formar a nova elite política brasileira. Houve muitas manifestações populares como a do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, que reuniu 1,7 milhão de pessoas. Em 15 de janeiro de 1985, em Brasília, Tancredo Neves ganhou, por meio de eleições indiretas. Tancredo acabou falecendo às vésperas da posse. Isso fez com que o vice-presidente eleito, José Sarney, fosse o primeiro governante civil após duas décadas de regime militar.

1988

Nova Constituição é promulgada – o Ibase participa ativamente do processo, promovendo campanhas pela aprovação de emendas populares, com destaque para a questão agrária.

1989

Eleições diretas para Presidência.

CHIQUITO CHAVES/ARQUIVO JB



EVANDRO TEIXEIRA/ARQUIVO JB

a ser bem melhor do que antes, ser um Estado de direito, a sociedade brasileira ainda é uma sociedade de exclusão social e desigualdades.

“A democracia é a construção da igualdade social pela cidadania. A idéia de cidadania é uma idéia de igualdade de direitos e isso não acontece entre desiguais, portanto não somos democráticos. Estamos no caminho, mas ainda temos uma gigante tarefa. O Ibase não está mais combatendo uma ditadura, mas uma sociedade injusta, e temos que transformar isso pela democracia. Isso significa mudar o atual modelo de desenvolvimento”, afirma.

Ainda que o tema nunca tenha sido abandonado pelo Ibase, o desenvolvimento também nunca foi o centro. “Era como se democratizando as instituições e o Estado, estivéssemos mudando o modelo de desenvolvimento”, diz Cândido. Mas, na verdade, o modelo de desenvolvimento tornou-se neoliberal. “As organizações da sociedade civil não chegaram a ver com clareza o quanto isso é estratégico. Hoje, a maior ameaça à democracia é a não-democratização do desenvolvimento e é isso que está excluindo, que é autoritário”, revela.

João Sucupira concorda. Ele diz que hoje o país está estabilizado, está mais democrático, mas que o Ibase deve continuar na sua trajetória de buscar caminhos para o Brasil. “Nesse sentido, a questão do desenvolvimento é outro exemplo de que o Ibase está novamente puxando uma discussão fundamental. Não podemos ficar eternamente administrando uma estabilidade que foi obtida”, diz. Por isso, a instituição está trabalhando de forma mais aprofundada nesse tema.

“Discutimos o desenvolvimento com um viés muito concreto, a partir do projeto Democratização dos Vetores do Desenvolvimento”, conta o economista.

Dulce Pandolfi aposta na continuidade da missão do Ibase e na ampliação de seu raio de atuação. “A instituição amadureceu. Por isso, uma das propostas é que a gente enfrente mais a fundo a questão do desenvolvimento. O país está crescendo, está se desenvolvendo, mas a que custo? A que preço? Temos que nos perguntar”, questiona a historiadora.

Para Cândido, “refundar” o Ibase é construir estrategicamente uma perspectiva que mantenha os princípios, valores éticos, patrimônio da democracia, tendo como medida os direitos humanos, à luz da questão que se apresenta para a democracia, que é o desenvolvimento. “Em vez de

usar o índice Bovespa, deveríamos dizer quanto de direitos humanos temos. Isso até soa utópico, mas esse é o nosso ‘inegociável’. É possível negociar a Bolsa, mas não os direitos humanos”, enfatiza.

Fazer 25 anos para o Ibase está sendo um processo de busca de respostas, de olhar para a sociedade e encontrar na instituição o reflexo de suas necessidades. “Espero que o Ibase seja capaz de não viver do passado, mas tirar dele a ousadia que tivemos nos momentos certos. Temos que nos perguntar se estamos sendo suficientemente ousados hoje. Estamos indo além do convencional? Temos que refletir. Temos que criar questões provocantes para a instituição e para a sociedade. Temos que ser capazes de nos auto-questionar, questionar a sociedade”, conclui o diretor.

Exposição

Uma das atividades que marcarão os 25 anos do Ibase é a exposição *A luta pela democracia faz parte da nossa história*, lançada em 19 de maio, no Museu da República, Rio de Janeiro. A idéia central é trazer ao público os 25 anos de história do Ibase com os marcos da história do Brasil e do mundo. “Atravessamos a história do Brasil e alguns aspectos da história mundial, mostrando de que maneira a instituição participou das lutas em torno de um mundo mais democrático”, revela Dulce Pandolfi, diretora do Ibase. A exposição começa com a derrubada do regime de João Goulart e segue em sentido cronológico até os dias de hoje. Ela mostra a luta pela democracia do Ibase, do Brasil, de cidadãos e cidadãs.

“Começamos em 1964 porque é no contexto do regime militar que o Ibase é criado. É durante o exílio que Betinho começa, com um grupo de companheiros, a pensar na idéia da construção de uma entidade que subsidiasse os movimentos sociais com informações. Ele começa a preparar sua volta ao Brasil juntamente com a fundação dessa instituição”, lembra Dulce Pandolfi. A idéia é que essa exposição seja itinerante e que, no futuro próximo, seja apresentada em escolas, estações de metrô, Central do Brasil etc. ■

1990

Movimento Terra e Democracia – manifestações relacionando terra e democracia no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. 200 mil pessoas participam do evento.

Campanha Não deixe sua cor passar em branco – criada para contribuir com o último recenseamento do século. Seus objetivos eram sensibilizar pessoas para que declarassem sua cor a partir do referencial étnico; recuperar a auto-estima cultural e política da população negra e construir indicadores sobre condições socioeconômicas dessa população.



1992

Movimento pela Ética na Política – este movimento culminou no impeachment de Fernando Collor de Mello, em setembro do mesmo ano.

1993

Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida – a campanha foi pensada em três etapas: formação dos comitês em todo o país, com a intenção de minimizar o problema da fome, de forma emergencial; criação de novos empregos e geração de renda; e, finalmente, a democratização da terra, etapa que nunca saiu do papel. Pouco tempo depois do lançamento da campanha, o governo federal cria o Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

1994

Jornal da Cidadania – criado, inicialmente, para divulgar as ações da campanha Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida



1996

Agenda Social Rio – por ocasião da campanha pela candidatura do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas de 2004, Betinho lançou a Agenda Social Rio – cujo objetivo foi o de criar um compromisso social ligado a essa candidatura, envolvendo sociedade civil e governo em torno de cinco metas básicas a serem alcançadas até 2004. Acabou tornando-se um projeto que incorpora o ponto de vista das classes populares – em especial moradores(as) de favelas do Rio de Janeiro – na reflexão sobre o espaço urbano e investe na formação de atores estratégicos de movimentos sociais e comunitários.

1997

Campanha pela divulgação do Balanço Social – última iniciativa liderada por Betinho, que falece em agosto do mesmo ano. A campanha estimula as empresas que atuam no Brasil a publicar seus balanços sociais no modelo Ibase – demonstrativo divulgado anualmente, reunindo informações sobre projetos, benefícios e ações sociais e ambientais. Também há modelos para que organizações de cidadania ativa e cooperativas publiquem seus balanços. Este ano foi definido novo critério de publicação (leia sobre o assunto na página 14).

2001

Fórum Social Mundial – o Fórum surgiu como resposta da sociedade civil organizada ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, Suíça, quando representantes dos países mais poderosos se encontram para tomar decisões que afetam todos os povos do planeta. Tornou-se referência na organização e no fortalecimento de um movimento de cidadania de dimensões planetárias e no enfrentamento ao neoliberalismo. Tem contribuído para uma nova cultura política de valorização da diversidade e do diálogo.

2004

Lançamento da campanha “Onde você guarda o seu racismo?” – realizada pelos Diálogos contra o Racismo, uma iniciativa que reúne cerca de 40 instituições da sociedade civil – inclusive o Ibase – na luta pela igualdade racial no Brasil (leia mais na página 3).



FSM 2002/SAMUEL TOSTA

2006

Ibase completa 25 anos.



Maurício Santoro*

Conquistas e desafios rumo à integração

FOTO: SAMUEL TOSTA



Integração regional, tema forte em todas as edições do processo FSM

A onda de vitórias da esquerda na América Latina promoveu a revitalização dos processos de integração regional, mas há um longo caminho a percorrer para formular um modelo aberto à participação cidadã e às questões sociais e ambientais. Essas foram as principais conclusões do debate *Integração solidária e democracia na América Latina: os desafios para o Brasil*, organizado pelo Ibase, pela Articulação de Mulheres Brasileiras e pelo SOS Corpo no II Fórum Social Brasileiro.

A discussão foi coordenada pela diretora do Ibase, Dulce Pandolfi, e contou com a participação de ativistas de vários países latino-americanos, como Lilian Celiberti (Uruguai, Cotidiano Mujer e Articulación Feminista Marcosur), Magnólia Said (Brasil, Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria), Maria Betânia Ávila (Brasil, SOS Corpo) e Virgínia Vargas (Peru, Centro Flora Tristán e Articulación Feminista Marcosur).

As palestrantes concentraram a análise no período recente dos processos de integração, destacando altos e baixos do Mercosul na primeira década do século 21. Maria Betânia Ávila afirmou que as vitórias da esquerda na América Latina são consequência dos problemas trazidos por uma década de neoliberalismo, como o aumento do desemprego e da marginalização social. Desiludida com esse modelo, a população buscou alternativas.

Contudo, nem sempre as políticas de integração apresentadas pelos governos correspondem a esses anseios. Magnólia Said criticou as grandes obras de energia e

transportes colocadas em prática pela Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), criada em 2000: “são projetos que beneficiam as grandes empresas transnacionais e as organizações financeiras internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo é facilitar as exportações do agronegócio”. Ela ressaltou que esse modelo é destrutivo para o meio-ambiente e está muito distante das concepções defendidas pela sociedade civil, como o fortalecimento da agricultura familiar.

Lilian Celiberti apontou as contradições entre o discurso democrático dos governos que formam o Mercosul e o comportamento, muitas vezes autoritário e pouco transparente, sobretudo no que toca à difusão de informações: “a maioria das decisões do Grupo Mercado Comum, o principal órgão executivo do Mercosul, permanece secreta. Isso vale até mesmo para os resultados de uma consultoria sobre participação social no bloco”.

Lilian afirma que “o Mercosul vive seu pior momento” e evidencia para a tensão entre o modelo de liberalização comercial – que norteou a criação do bloco na década de 1990 – e os objetivos sociais: “meu país, o Uruguai, é muito pequeno. Não tem espaço num mundo de mercados. Mas, ainda assim, tem cultura, história, tradições políticas que são importantes para nós”. O problema aumenta no contexto de disputas comerciais entre os dois principais membros do Mercosul, Brasil e Argentina, que, às vezes, ignoram as dificuldades dos sócios menores, Uruguai e Paraguai.

Movimentos em conflito

Além dos conflitos entre governo e sociedade civil, as palestrantes abordaram as disputas entre movimentos sociais dentro do bloco. Lilian comentou o caso das empresas de

celulose, que querem se instalar no Uruguai, na fronteira com a Argentina. Trata-se de um tipo de indústria muito poluente, que trará danos ecológicos aos dois países. Ambientalistas das duas nações estão contra o projeto, mas os sindicatos uruguaios querem as firmas, por conta dos empregos que serão criados. Os protestos chegaram a provocar o fechamento da fronteira, o contrário do que deveria ser um processo de integração.

Virgínia Vargas lembrou episódios dramáticos da história peruana para reforçar esse ponto. Em 1995, durante a guerra entre Peru e Equador, feministas de ambos os países tentaram assinar uma declaração conjunta em favor da paz. “Fomos atacadas como sendo antipatriotas”, conta Virgínia. Não foi o único exemplo.

Nos anos 1980, o grupo guerrilheiro peruano Sendero Luminoso assassinou uma importante líder nacional do movimento das mulheres. As feministas peruanas pediram a colegas da América Central que fizessem um gesto de repúdio a esse crime. Mas as ativistas, a maioria oriunda de organizações de luta armada, preferiram não condenar abertamente o Sendero.

Virgínia falou das eleições peruanas, em pleno andamento. O primeiro turno, realizado em 9 de abril, culminou com a vitória dos candidatos Ollanta Humala e Alan García. Para a feminista peruana, “Humala tem pontos muito positivos e outros muito negativos e

autoritários, mas também faz parte da onda progressista na América Latina”. Ela refere-se às denúncias de que o candidato teria torturado militantes do Sendero quando era oficial do Exército peruano.

No debate com a plateia foram levantadas questões como a importância da cultura para o processo de integração, valorizando a produção literária, musical e audiovisual dos países do continente. O público elogiou iniciativas como a criação da Telesur – uma emissora de TV dedicada a notícias sobre a América Latina, financiada pelos governos da Venezuela e da Argentina. ■

No debate, foram levantadas questões como a importância da cultura para o processo de integração, valorizando a produção literária, musical e audiovisual dos países do continente

Economia solidária contra a ilusão do mercado

A economia solidária, ou melhor, as práticas econômicas baseadas no trabalho associado e na gestão coletiva, está se fortalecendo no Brasil. Segundo recente mapeamento nacional, são mais de 15 mil empreendimentos, compreendendo aproximadamente 1 milhão 300 mil trabalhadores(as) associados(as), dos quais 70% foram constituídos a partir da década de 1990. São grupos de produção e consumo, cooperativas e associações nos mais diferentes ramos de atividade.

Se é verdade que, na maioria dos casos, a constituição do empreendimento é uma resposta à crise do assalariamento, não é igualmente evidente que a solidariedade dependa de crises para se manter viva. Para defensores do livre mercado, é uma ilusão ou mesmo ingenuidade se pensar na produção ou continuidade de laços sociais em meio a um ambiente marcadamente competitivo e individualista. Mas quem são os paladinos do mercado para falar de ilusões? O atual processo de acumulação se alimenta da economia sem lastro do setor financeiro, da simulação de um ambiente de bem-estar em meio à miséria e no consumismo gerador da descartabilidade dos produtos e, portanto, da destruição de recursos naturais.

O mapeamento mostra que a maior parte dos empreendimentos solidários tem origem em vínculos comunitários e em relações de reciprocidade, particularmente no que se refere à composição dos recursos e patrimônio necessários para iniciar o empreendimento. Além do que, apresentam um envolvimento com movimentos e ações comunitárias. Ou seja, a dinâmica mesma do empreendimento tende a impactar o entorno, valorizando e potencializando recursos materiais e humanos disponíveis no território.

Outro aspecto contra a ilusão do mercado é a requalificação do sentido do trabalho e do consumo quando a solidariedade atinge as relações de produção e distribuição. A possibilidade da cooperação implica o reconhecimento da interdependência de percepções, saberes e fazeres, favorecendo o enriquecimento intelectual e criativo a partir do trabalho. Tal interdependência tende a ser reconhecida também na relação público consumidor/ produtor(a) e mesmo entre consumidores(as). Assim, o ato de consumir passa a ser visto como estando baseado em valores e opções com conseqüências para o bem viver de cada pessoa. A solidariedade não se traduz em sacrifício da individualidade ao coletivo, mas sim a sua promoção na e pela coletividade.

Não é pequeno o esforço que agentes públicos e privados precisam fazer para manter a ilusão do mercado em funcionamento para o benefício de cada vez menos pessoas. Cabe, então, indagar: se essa trágica ilusão merece tal esforço, o que dizer de uma realidade que aposta na associa-

ção, na ação coletiva, para gerar ocupações, resgatar a dignidade do trabalho, revalorizar o consumo em favor da qualidade de vida e preservar o meio-ambiente? Faz-se, pois, urgente direcionar o Estado e organizações civis para a promoção do direito ao trabalho associado, conforme defendido pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Particularmente neste momento, em que se prepara a Conferência Nacional de Economia Solidária – a se realizar em Brasília, de 26 a 29 de junho. Com a conferência, que tem por eixo a “Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, pretende-se avançar na construção de políticas públicas voltadas para o setor.

Nesta direção, o movimento da economia solidária trabalha com uma agenda voltada à superação dos principais gargalos existentes para a consolidação e ampliação das práticas econômicas solidárias: logística e canais de comercialização e distribuição da produção; acesso e organização dos serviços de crédito; reconhecimento jurídico de suas organizações e atividades desenvolvidas; formação e assistência técnica e desenvolvimento tecnológico. Em cada um desses pontos está presente a necessidade de estender a dimensão associativa para além do grupo, cooperativa ou associação, buscando a potencialização e agregação de valor por meio de arranjos cooperativos entre empreendimentos no território.

Nova categoria social

Um primeiro e grande esforço foi exatamente o mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com o FBES. Com o mapeamento, o empreendimento econômico e solidário se afirma como uma nova categoria social, favorecendo o direcionamento de políticas públicas. Mas é fundamental que o mapeamento permita a visibilidade pública do direito ao trabalho associado. Um dos caminhos para que isso aconteça é a difusão dos princípios, valores e práticas da economia solidária nas escolas públicas e privadas do país. Apresentar aos(as) jovens alternativas de inserção socioeconômica que não se reduzam ao horizonte cada vez mais estreito do assalariamento nem tampouco ao empreendedorismo que alcança sobrevivência em relações terceirizadas.



Feira de Economia Solidária durante o FSM 2006

FOTO: SAMUEL TOSTA

A repolitização da economia ou a reivindicação da cidadania nas relações econômicas precisa ganhar corpo na sociedade. Reivindicam-se ações públicas estatais e não-estatais que repercutam sobre a institucionalidade do mercado, nas regras que balizam a oferta e a demanda. Como se vê, a economia solidária não está contra o mercado e sim contra a ilusão do livre mercado.

Novos instrumentos de política pública precisam ser acionados para se avançar nessa direção. Deve-se avançar na criação de mecanismos de aproximação do agente público em relação às necessidades e potencialidades existentes no território. Promover a cidadania econômica no sentido do desenvolvimento de oportunidades de geração de riqueza a partir do trabalho associado. Isso exige, necessariamente, um Estado que atue em favor da descentralização econômica. Mas não se trata apenas de disponibilizar os fatores e incentivos produtivos, mas induzir e fortalecer formas integradas e combinadas de aplicação desses recursos.

A atuação pública sobre o mercado cabe igualmente às organizações civis. Aos sindicatos, acostumados às reivindicações salariais; às organizações não-governamentais, voltadas normalmente à assistência, formação e comunicação; e às universidades, geradoras de um conhecimento que pouco dialoga com os movimentos sociais. Tais organizações têm um papel fundamental na disseminação de práticas, conhecimentos e valores em favor da auto-organização econômica de trabalhadores(as) e consumidores(as). A ativação de uma cultura associativa na sociedade é condição indispensável para que se forje relações de mercado promotoras do bem-estar e da emancipação dos indivíduos. ■

* **Coordenador do Programa de Economia Solidária do Ibase**

Marina Maria*

Acesso ao lazer e à cultura, distante realidade para pessoas com deficiência

Curtir um cineminha no fim de semana, passear por um parque, freqüentar restaurantes, visitar exposições de artes, assistir a uma peça de teatro ou a um concerto musical são algumas atividades de lazer que tanto renovam e estão presentes no cotidiano das pessoas. A Constituição Federal vem somar-se a essa valorização do lazer e o define – assim como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia e a segurança – como um direito social tão importante para o completo exercício do direito à cidadania que está previsto também em outras normas jurídicas.

Apesar disso, diversos grupos sociais têm sido impedidos de ter acesso a bens e serviços de cultura e entretenimento. E não estamos falando de um aspecto econômico apenas, dos altos preços cobrados em cinemas e teatros que impedem a presença das classes mais populares. Estamos falando da não-garantia a todas as pessoas do direito básico de ir e vir e de ter acesso ao lazer e à informação.

Isso é visível quando pensamos em crianças, adolescentes, jovens, adultos(as) e idosos(as) com deficiência, seja física, sensorial ou cognitiva, que têm esse direito constitucional violado em função de os espaços culturais de uso coletivo não estarem preparados para atendê-los(as). O que ocorre é que esses espaços restringem o público que visam atender por se basearem num modelo de ser humano que não chega perto de dar conta e muito menos de ratificar o valor da diversidade humana. Assim, reforçam e propagam a discriminação de longas datas.

Ciclo de invisibilidade

Segundo dados da ONU, vivem no planeta cerca de 600 milhões de pessoas com deficiência, das quais 400 milhões estão nos países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como o Brasil, com aproximadamente 24,5 milhões. Ou seja, 15% dos(as) brasileiros(as) têm alguma deficiência. Onde estão essas pessoas?

Certamente, inseridas num ciclo de invisibilidade que determina que sua existência e suas necessidades passem despercebidas pela própria comunidade em que vivem, além de serem excluídas de investimentos privados, governamentais e não-governamentais destinados a combater as desigualdades sociais em regiões em desenvolvimento. E não seria diferente a resposta no caso dos locais que oferecem atividades culturais. Eles estão preparados para atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência? Como era de se esperar, a resposta é negativa.

Isso foi confirmado e denunciado pelo programa de rádio *Oficineiros da Inclusão*, veiculado aos domingos na Rádio MEC AM 800 e produzido por jovens de projeto homônimo – desenvolvido desde 2003 pela organização da sociedade civil Escola de Gente – Comunicação em Inclusão.

Atenta a essa violação de direitos humanos, a equipe criou, entre os quadros do programa, o Ação nas Ruas, e circulou pelo Rio de Janeiro para conferir se centros culturais, museus, teatros, *shoppings*, cinemas e outros estabelecimentos de lazer estão preparados para receber qualquer público.

A referência para essa investigação foi o Decreto Federal nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que discorrem sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da sua acessibilidade.

As observações não foram nada satisfatórias. Nenhum local visitado assegura completamente a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que, segundo definição do decreto, é a possibilidade e condição de alcance para

utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação.

Entre as infrações mais comuns está a ausência de intérprete de Libras, a língua de sinais brasileira, o que impossibilita a comunicação de pessoas surdas, seja para solicitar informações, acompanhar peças, filmes, fazer compras etc. Isso implica dizer que os(as) atendentes de locais de acesso ao público devem ser capacitados(as) para saber a Libras.

O direito das pessoas surdas de escolherem se querem ou não freqüentar esses espaços e de terem acesso a bens e serviços culturais é negado, sem se relevar o fato de a Libras ser um meio oficial de comunicação e expressão, tão legítimo quanto o português, inglês, espanhol etc., reconhecido pela Lei nº 10.436/02.

Na tentativa de assegurar, de alguma forma, esse acesso, um dos centros culturais visitados criou seções especiais para pessoas surdas aos sábados, disponibilizando legenda oculta em filmes nacionais. Tal medida não é inclusiva porque, além de não tornar todos os filmes acessíveis, não disponibiliza a tradução para a Libras no canto da tela, imprescindível já que a taxa de analfabetismo entre as pessoas surdas é alta e nem todas são oralizadas ou compreendem a língua portuguesa.

Outras infrações têm sido verificadas, como a falta de material impresso em braille com a programação das atividades, a proibição da entrada e permanência de cão-guia acompanhando pessoa com deficiência visual, assentos inadequados, instalações inacessíveis, falta de adaptação à condição física de quem anda em cadeira de rodas, banheiros para pessoas com deficiência sem distinção para homens e mulheres etc.

A acessibilidade arquitetônica desses locais deve passar pela idéia de desenho universal, uma concepção de espaços e artefatos que vise atender todas as pessoas. Essas transformações requerem uma mudança de atitude, iniciada ainda no sistema educacional infantil, garantindo um ensino de qualidade e escolas que propiciem a convivência entre alunos(as) com e sem deficiência, assim como a implementação de políticas públicas inclusivas.

Nenhum ser humano tem mais ou menos direito do que o outro, muito menos se pode definir a quem é assegurado, como tem acontecido no caso do direito a bens e serviços de cultura negados às pessoas com deficiência. Quando o acesso ao lazer é inviabilizado pela ausência de adaptações necessárias, pelo poder público ou privado, o fato deve ser denunciado ao Ministério Público Estadual. Cabe a esta instância tratar de assuntos de interesse local, verificando se os estabelecimentos cumprem as normas de acessibilidade e expedindo alvará de funcionamento ou não.

Isso vale também para os espaços destinados ao lazer dentro de instituições de ensino de qualquer modalidade e nível, que devem proporcionar condições de acesso em todos os ambientes de uso coletivo, inclusive nas salas de aula, bibliotecas, auditórios, quadras de esportes, laboratórios e sanitários. ■

Nenhum ser humano tem mais ou menos direito do que o outro. Quando o acesso ao lazer é inviabilizado, o fato deve ser denunciado

AnaCris Bittencourt

Força juvenil no II FSB



FOTOS: ARQUIVO IBASE

Nação Erê, 1º maracatu infantil de Pernambuco

Segundo dados do IBGE, em Recife existem 560 favelas, que abrigam dois terços da população da cidade, entre as quais 40% da população infanto-juvenil. Essas crianças e adolescentes vivem em moradias sem acesso a esgoto (quase 70%) e abastecimento de água adequado (em torno de 30%) e suas famílias têm renda de até um salário mínimo. Durante a marcha do Fórum de Abril, dois grupos culturais, formados por crianças e adolescentes dessa periferia, deixaram sua marca de irreverência, ousadia e alegria, mostrando que a arte é uma resposta ao preconceito e à exclusão.

O grupo cultural Maracatu Nação Erê foi criado pelo Cepoma (Centro de Educação Popular Mailde Araújo), em 1993. É formado por 80 crianças e adolescentes, de 3 a 13 anos de idade, da Favela Brasília Teimosa – comunidade localizada na Praia de Boa Viagem, área nobre da cidade, que vem, ao longo dos anos, resistindo a todas as formas de remoção.

“Nossa intenção era fazer com que essas crianças aprendessem sobre a história, a ancestralidade e toda a riqueza da cultura negra pernambucana”, explica a coordenadora do Cepoma, Maria Tenório Sousa. Ela conta que o grupo surgiu para estudar e valorizar essa cultura, mas também levá-la para outras comunidades. E, deu certo. Esse foi o primeiro maracatu infantil de Pernambuco, e contribuiu para que outros 10 grupos semelhantes surgissem no estado.

Para fazer o cadastro dos(as) candidatos(as), o Cepoma mantém uma articulação com escolas públicas próximas à comunidade. Mas também oferece, para crianças de 3 a 5 anos, a pré-escola e a oportunidade de participar do Nação Erê. “Essas crianças menores chegam até nós encaminhadas por suas famílias, que já conhecem o trabalho que

realizamos há 24 anos. São as mais pobres da comunidade. Em geral, seus pais estão desempregados ou são pescadores”, afirma Maria Tenório.

A partir dos 14 anos, quando saem do Nação Erê, os(as) adolescentes são encaminhados para outros projetos culturais desenvolvidos pelo Cepoma. Para essa faixa etária, mesmo com o cuidado de transmitir uma visão mais nacional da cultura, há também o investimento na cultura regional. É aí que entra o projeto Maracatu nas práticas educativas, que estimula os(as) adolescentes a ler sobre a cultura pernambucana, os mitos africanos e a entender a importância de se respeitar e valorizar o ser humano, a partir do conhecimento dos direitos.

“Isso é um orgulho. Essa criançada aprende a valorizar sua história, fortalecendo a identidade negra. Elas crescem com uma mentalidade diferente de uma criança que não tem essa oportunidade. Por isso, estamos participando da marcha, temos essa responsabilidade”, anima-se Maria Tenório, que também participou com as crianças do Fórum Social Nordestino, realizado em 2004. Na opinião de Maria, o processo Fórum é uma oportunidade de as crianças aprenderem a participar como cidadãs e, desde cedo, perceberem que é possível mudar o país. Atualmente, 200 crianças e adolescentes e suas famílias são beneficiadas pelo Cepoma.

Vindos do complexo populacional Bomba do Emetério, que reúne várias favelas na zona norte da cidade, o grupo cultural Boi Mimoso, formado por 35 meninos e adolescentes e cinco meninas, a partir dos 3 anos de idade, marcou sua presença na marcha de abertura do Fórum desde a concentração, quando fizeram uma apresentação.

“Os pais e mães dessas crianças são 90% negros, estão desempregados ou sobrevivem como catadores de papel, são pessoas excluídas que vivem com menos de R\$ 1 por dia e que mantêm uma cultura de origem de resistência, como maracatu e caboclinhos”, explica o educador popular que coordena o grupo, Jodilenon Ferreira, conhecido como Lenon.

A dança do boi existe na comunidade desde 1935, com grupos formados principalmente por pessoas adultas. É uma brincadeira que sempre acontece na rua, uma forma de a comunidade ser vista como um espaço de valor e de cultura, algo que envolve lazer, sem que ninguém tenha que pagar por isso.

“As crianças queriam participar do boi, mas sendo protagonistas em um grupo no qual pudessem comandar. O resultado é que o único adulto do grupo sou eu, dou uma orientação, mas as decisões são todas delas, mesmo as coreografias e as roupas”, diz Lenon. O grupo conta com o apoio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) e da Gambiarra Imagens – uma ONG de comunicação que produziu um DVD com suas apresentações, como

parte de um projeto de valorização da cultura das periferias. Mas há todo um cuidado para que as crianças mantenham sua autonomia. “Eles não se consideram bailarinos e sim artistas populares, que dançam por amor e botam o boi na rua para se divertir”, completa. Além de Lenon, as crianças aceitam a colaboração das mães na confecção das roupas, feitas com materiais reciclados. Mas quem desenha e costura a maior parte delas é o adolescente Ricardo Estevão de Oliveira Filho, de 17 anos.

“Eu faço as roupas, mas todos os meninos ajudam na hora da costura e também arrumando materiais para fazermos as fantasias. Eu sempre gostei muito de desenhar e ficava olhando o pessoal do Boi Teimoso, o boi mais antigo da Bomba, fazendo suas fantasias. Meus pais também participavam. Assim, eu criei esse boi pra gente”, afirma Ricardo, que está cursando a 8ª série do ensino fundamental e planeja fazer um curso de desenho.

O estudante vê no grupo uma forma de valorização das crianças dentro da comunidade: “quando nosso boi surgiu, todo mundo dizia que não tinha como dar certo, mas estamos aí, e hoje o pessoal da comunidade gosta muito de nossas apresentações”, diz. Outro ponto importante é que suas coreografias funcionam como denúncia dos problemas que enfrentam, como a questão das drogas, do tráfico, do abuso sexual e da violência.

Segundo Ricardo, a predominância de meninos no grupo (as cinco meninas que participam não estavam presentes na marcha) se dá pelo próprio desinteresse delas pela atividade, mas têm sido feitas reuniões semanais do grupo para buscar aumentar essa participação. ■



Ricardo, fundador do Boi Mimoso

Integração nas escolas



A proposta do livro *Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?* é compartilhar experiências e conhecimentos sobre como as escolas podem promover a integração de crianças com deficiência. O projeto foi baseado em um levantamento fornecido pela Rede Saci – rede eletrônica criada pela Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Cecae) da Universidade de São Paulo (USP) –, para difusão de informações sobre deficiência. Educação inclusiva é de autoria da jornalista e escritora Lia Crespo, tem ilustrações de Ricardo Ferraz e integra o selo Imprensa Social, da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

O livro faz um alerta: para a inclusão social tornar-se uma realidade, é necessário que pais e mães conheçam os direitos de seus(suas) filhos(as) e que os(as) professores(as) tenham acesso a tecnologias, estratégias e recursos pedagógicos. A obra conclui também que os(as) alunos(as) precisam trabalhar em equipe para complementar suas habilidades e talentos. E aborda a importância de adaptações arquitetônicas para acolher pessoas com deficiência. O lançamento tem o apoio da Fundação Telefônica, da Ashoka Empreendedores Sociais e da própria Cecae/USP. ■

Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?, de Lia Crespo, R\$ 15,00

Pedidos: www.imprensaoficial.com.br

Selo mais rigoroso

Ficou mais difícil a obtenção do selo Balanço Social Ibase/Betinho, que certifica as ações de responsabilidade social das empresas. Agora, organizações da sociedade civil vão legitimar as práticas empresariais antes que elas recebam o aval do instituto.

Na prática, o Ibase vai submeter os balanços sociais das empresas à análise de organizações da sociedade civil das áreas de direitos trabalhistas, meio-ambiente, defesa do público consumidor, diversidade de gênero e movimento negro. Além disso, as informações prestadas pelas empresas ficarão à disposição para críticas e denúncias de qualquer pessoa interessada.

Segundo Ciro Torres, coordenador do Ibase, o selo era entregue antes da divulgação oficial do balanço social, e o instituto precisava checar se não havia equívocos nas informações apresentadas. “Agora, viramos a mesa. As empresas devem provar o que fazem antes de receber o selo. A sociedade civil faz denúncias e críticas, e nós apuramos. Se houver fundamento, não há selo”, afirma. As empresas podem enviar a solicitação do selo ao Ibase até o dia 31 de maio. As consultas públicas acontecem até o final de julho e, em agosto, serão divulgados os nomes das empresas agraciadas com o selo.

Para críticas ou denúncias, o endereço eletrônico é: <www.balancosocial.org.br> ■

Novo portal da cidadania

O Ibase está inaugurando um novo portal. Além de melhorar a apresentação dos conteúdos e fortalecer a troca com os(as) leitores(as), o portal vem reafirmar a política do uso de *software* livre, adotada há três anos. O lançamento faz parte das comemorações pelos 25 anos do instituto. Dentre as mudanças está a criação de uma revista *online*, a Agência Ibase, na qual textos jornalísticos e analíticos estarão disponíveis; um novo grupo de colunistas que contribuirão para a disseminação das conjunturas nacional e internacional, além de páginas em português, inglês e espanhol. Mas as novidades não param por aí. Os(as) visitantes poderão fazer *downloads* das pesquisas e relatórios divulgados no portal e conhecer as campanhas, redes e fóruns das quais o Ibase participa. Vale a pena conferir. O endereço continua o mesmo: www.ibase.br. ■



Exclusão infantil em cena

O filme *Crianças invisíveis* (*All the invisible children*), em cartaz desde 31 de março deste ano, reúne sete episódios que contam a história de personagens em diferentes países, inclusive o Brasil. O longa pretende chamar a atenção de governos, da sociedade civil e de cada cidadão e cidadã para milhões de crianças que vivem à margem da sociedade em todo o mundo. “O que vemos na tela deve nos mover para alguma ação concreta”, afirmou o ator Danny Glover, embaixador do Unicef.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a infância, que apoiou a produção do filme, crianças invisíveis são as 500 mil meninas e meninos que nascem todos os anos e não têm acesso ao registro civil; cerca de 10 milhões de crianças e adolescentes que vivem no semi-árido em situação de pobreza; quase 3 milhões de crianças exploradas no trabalho infantil; crianças negras, indígenas e adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. O longa-metragem, distribuído pela Paris filmes, foi dirigido por alguns dos maiores diretores de cinema da atualidade. Nomes como John Woo, Ridley Scott e Spike Lee integraram o grupo. ■

As crianças decidem?

Um estudo realizado pela TNS InterScience, empresa paulista que se dedica a pesquisas de mercado, revelou que crianças entre 2 e 14 anos são as responsáveis pelas decisões de pais e mães na hora de comprar. A pesquisa ouviu 1,5 mil mães de meninos e meninas e constatou que os(as) filhos e filhas, cada vez mais, controlam os gastos de seus responsáveis.

A TV é um incentivo ao consumismo do público infantil. Uma criança brasileira passa, aproximadamente, cinco horas em frente à TV todos os dias, de acordo com o Painel Nacional de Televisão do Ibope. Com todo esse tempo, elas são capazes de manter-se atualizadas sobre as novidades pensadas pelos fabricantes exclusivamente para agradá-las. ■

Entrevista: Rosângela Costa de Araújo

Flávia Mattar

FRANCISCO ECHER / ARQUIVO PESSOAL



Presente na conferência *Educação, cultura e diversidade*, realizada durante o Fórum Mundial de Educação (FME) de Nova Iguaçu, Rosângela Costa de Araújo, da organização da sociedade civil Geledés, fala do elo entre violência e educação; da exclusão educacional, ou inclusão desassistida, vivida pela população negra; e faz uma avaliação do governo Lula. Quando pensa em educação de qualidade, Rosângela ressalta: “precisamos falar de uma educação plural, que não se converta em uma arma apontada contra as nossas cabeças. Que não seja um dispositivo de controle, mas um processo de normatização”.

Qual o elo entre violência e educação?

Muitas vezes, a violência tem como base a ausência de reconhecimento ou a invisibilidade das humanidades, o que torna tênue a existência da vida, torna descartáveis certos segmentos. A escola tem sido, historicamente, um importante instrumento de reprodução das exclusões. Quando penso em educar, penso no cuidar, utilizando um termo bem africano. É necessário cuidar para garantir a vida de crianças, a dignidade de nossos jovens, garantir que, apesar das diferenças e exclusões, a educação construa um caminho que seja libertário.

Quando falamos de problemas no acesso à educação, de jovens vítimas de violência, não podemos esquecer da população negra, não é mesmo?

Sem sombra de dúvida. Uma das razões do acesso ao sistema de ensino não resolver questões mais complexas é que ele não atende às estruturas de for-

mação e fortalecimento identitários. Existem questões estruturais que fazem com que a administração da miséria e da pobreza pelas famílias com crianças negras passe pelo roubo da infância. Por outro lado, sabemos que a escola cria uma cortina que invisibiliza e, quando não o faz, atua de maneira perversa na redução da identidade desses jovens. Costumo brincar que o melhor lugar da escola é o portão apontado para o lado de fora. É a porta no sentido da saída. A criança e o jovem negro enfrentam dificuldades traduzidas em maus-tratos ou em omissão diante desses maus-tratos. A escola não repre-

senta determinados segmentos. Não representa e não valoriza a questão da identidade. Ela culpabiliza ao não entender a situação de racismo que atirou a maioria da população negra a determinada situação. É como responsabilizar as vítimas por um crime que a sociedade comete.

A forma de tratamento da população negra nas escolas é uma cultural?

Vejo como uma questão política. A maioria das leis anti-racistas no Brasil, desde o período do Império, está centrada na área de educação, seja no acesso, seja na permanência. As lutas contemporâneas do movimento anti-racista no Brasil denunciam a ausência de representatividade e a presença de expressões de discriminação e de racismo que livros didáticos ainda sustentam. É uma questão política mais do que cultural. Falamos muito de exclusão, mas, se pensarmos em uma via de mão dupla, poderíamos dizer que estamos diante de uma inclusão desassistida, inclusão periférica, uma subcidadania. Essa inclusão desassistida e periférica é importante do ponto de vista das manipulações políticas. O racismo alimenta um *status quo*.

Como vê a atuação do governo Lula no que diz respeito à educação?

O governo Lula tem agido timidamente diante da promoção qualitativa da população negra, mas, felizmente, tem agido. Embora ainda lutemos pela formulação federal das políticas de ação afirmativa para a população negra em todos os âmbitos, ele tem se mostrado sensível

na construção desse percurso. Hoje, temos pequenos avanços, diferente do que ocorreu ao longo de toda a história da República no Brasil.

A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e as próprias políticas do Ministério da Cultura e suas imbricações com o Ministério da Educação têm permitido que um cidadão comum ou que agentes de culturas populares – que, ao longo de muitos anos, têm agido como educadores para a maioria dessa população – digam: “hoje, sei identificar onde está o governo, sei identificar a existência de determinados ministérios e secretarias”.

Nesse sentido, alguns passos foram dados. Mas é necessário, sem sombra de dúvida, que o grande passo ocorra, que é a promoção do Estatuto da Igualdade Racial. Não há mudanças sem a existência de um fundo de reparação. O que buscamos é construir um caminho possível e, como diz uma música do Olodum: “se o poder é bom, eu também quero”.

Como é a relação de organizações negras com as demais?

Quando falamos das organizações da sociedade civil e pensamos nas questões raciais, vemos que estamos sós de fato. Estamos totalmente sós. Nos anos 1990, surgiu o movimento de mulheres negras.

Surgiu da não-contemplação no movimento feminista da questão racial e da não-contemplação no movimento negro da questão de gênero. Ainda existe uma dificuldade grande de lidar com a temática racial. É como se estivéssemos condenados a resolver, e ainda por cima sendo tratados como minoria, um problema que a sociedade declara ser simplesmente nosso. Por isso, fazemos questão de ampliar o entendimento de que não é possível ter direitos humanos no Brasil sem tratar da questão racial. Não é possível falar em construção democrática com 45% da população, de talentos, sendo desperdiçada, assassinada.

Não é possível ter direitos humanos no Brasil sem tratar da questão racial. Não é possível falar em construção democrática com 45% da população sendo desperdiçada

É possível falar de direito humano sem falar em educação? A educação é um direito humano?

Sim, sem dúvida. Mas precisamos falar de uma educação plural, que não se converta em uma arma apontada contra as nossas cabeças. Que não seja um dispositivo de controle, mais um processo de normatização. ■



Mario Osava

Um olhar sobre o Fórum de Abril

É instigante, mas ao mesmo tempo desesperante, cobrir jornalisticamente um fórum social, seja nacional ou mundial. São ofertas demais em tão pouco tempo, com muitos debates interessantes ocorrendo simultaneamente, tornando torturante a escolha.

Foi assim no II Fórum Social Brasileiro, em Recife, de 20 a 23 de abril. Havia 296 atividades inscritas, das quais falharam uns 15%, segundo uma das organizadoras. Tudo concentrado em dois dias e meio, já que o primeiro foi dedicado à marcha de abertura no centro de Recife e o último se limitou a uma sessão de manhã. Aconteceram, portanto, 36 eventos, em média, em cada um dos sete horários disponíveis para os chamados “diálogos”, desta vez sem nenhuma classificação hierárquica. E um repórter tem de reservar algum momento do dia para escrever suas matérias e entrevistar pessoas, reduzindo suas possibilidades de presenciar debates.

Educação foi o tema mais presente no II FSB, ocupando pelo menos 43 atividades. Estiveram em discussão desde o “Bairro Escola” – experiência de Nova Iguaçu que trata de oferecer ensino em tempo integral, recorrendo a equipamentos e recursos humanos do bairro e não só da escola – a propostas de educação popular, acesso à universidade, arte-educação e ensino de pessoas adultas. Questões de gênero, racismo, cultura, juventude, saúde, política e os movimentos sociais foram outros temas que somaram dezenas de diálogos.

Uma presença surpreendente foi a dos quilombolas, como tema ou organizadores de pelo menos seis atividades. É que Recife está perto de muitos quilombos, ao contrário de Porto Alegre, sede do Fórum Social Mundial de anos anteriores. Além disso, o movimento negro ganhou visibilidade e se sente fortalecido com o reconhecimento dos quilombos, as

cotas nas universidades e o ensino de história e cultura africanas nas escolas, explicou Ubiraci Matildes, da União de Negros pela Igualdade (Unegro). Esses fóruns são estimulantes pela variedade de experiências e idéias reunidas num espaço de troca, um excelente exercício para abrir a cabeça, ampliar conhecimentos e superar preconceitos. Também por permitir o encontro de muita gente interessante, que pode não estar fazendo a revolução mundial, mas, como destacava Betinho, está fazendo a sua parte. É o caso de Alecsandra Oliveira, jovem professora em Riacho das Almas, no interior de Pernambuco. Ela se deu conta da perversidade com que inclusive muitas das suas colegas justificam a necessidade de meninas e meninos do campo freqüentarem a escola. É para que “não sejam iguais aos pais” agricultores(as). Numa frase, incutem nas crianças a desvalorização do trabalho e da vida camponesa, estimulam o êxodo rural e identificam o estudo com a “negação da identidade” daquelas famílias, observou Alecsandra, que luta com a dificuldade de ter alunos(as) de primeira a terceira série, juntando crianças e adolescentes de até 15 anos numa mesma sala. Suas acuradas observações compuseram uma monografia e ela achou maneiras de aproveitar os mitos e lendas locais em suas aulas.

Mas o II FSB, ou Fórum de Abril, foi também palco de discussões sobre questões globais, como a criação de taxas internacionais para financiar o desenvolvimento de países pobres, e de temas como “o futuro da esquerda latino-americana”. E houve espaço para temas bem locais, como o hip hop nordestino. ■

**Jornalista, correspondente da IPS e Amigo do Ibase
mosava@uol.com.br*



Alberto Dines



João Batista Berthier



Lucinha Araújo



Muniz Sodré



Nilcea Freire



Rosiska Darcy de Oliveira



Rubem Cesar Fernandes



Saturnino Braga



Yvonne Bezerra de Mello



Zilda Arns

PERSONALIDADES CIDADANIA 2006

Realizou-se dia 4 de maio, no Jockey Club Brasileiro, no Rio, a homenagem às Personalidades Cidadania 2006, eleitas por um colégio eleitoral de 2.500 figuras representativas dos vários segmentos da sociedade. É um reconhecimento ao trabalho que é feito em favor da Cidadania.





INSTITUIÇÕES
ELEITAS



**Banco da Providência
Dom Eusebio Oscar Scheid**



**Pro Matre
Vera Lúcia Wanderley**



**Sebrae-RJ
Sérgio Malta**